

Pregão Eletrônico

▪ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRARRAZÃO :

Ao

ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A)
Ref. Pregão Eletrônico Nº 011/2022

A AMAZON INFORMÁTICA, já qualificada nos autos do procedimento licitatório retro mencionado, vem, tempestivamente, por seu representante legal, ao final assinado, com fulcro no Artigo 4º, XVIII da Lei 10.520/02, apresentar CONTRARRAZÕES aos Recursos Administrativos interpostos pela OTC e SOS, aduzindo, para tanto, os seguintes argumentos de fato e de direito:

DA GRAVIDADE DA AÇÃO DA OTC E DA SOS

A decisão atacada pela OTC e SOS não merece reforma pelo(a) Ilustre Pregoeiro(a), vez que as referidas RECORRENTES claramente usa de artifícios e argumentos confusos, com informações desconexas e suposições genéricas sem fundamentos, inclusive questionando a lisura da Administração Pública. Deixando claro o objetivo de gerar transtorno ao processo licitatório.

Restará a esta empresa, com forma clara e direta, deixar registrado o porquê da correta habilitação por parte da Comissão e da equipe técnica do MAPA, do referido certame, com respeito aos Princípios da Legalidade, da Impessoalidade, da Isonomia, da Proporcionalidade e da Competitividade; e, constitui verdadeira garantia de que o OBJETO DO EDITAL será EXECUTADO nos moldes pretendidos no TERMO DE REFERÊNCIA visando à satisfação do Interesse Público.

DOS MOTIVOS PELOS QUAIS A PROPOSTA DA AMAZON FOI CLASSIFICADA E DECLARADA HABILITADA DO CERTAME CORRETAMENTE

A decisão objurgada, data máxima vênia, não está a merecer reforma pela Sr.(a). Pregoeiro(a), visto que a AMAZON, empresa respeitada no seguimento de tecnologia da informação, possuindo estrutura administrativa e técnica especializada demonstrou preencher os requisitos necessários para realizar satisfatoriamente as prestações do futuro e eventual contrato apresentando a proposta mais vantajosa para a Administração.

No afã de embasar seu pedido de desclassificação da AMAZON, as empresas OTC e SOS fazem afirmações que visam tão somente conturbar o processo que não refutam a capacidade e idoneidade da ora RECORRIDA, insistindo em sua tese fraca, falha, infundada e descabida.

A empresa AMAZON por outro lado comprovou sua NOTÓRIA condição ao direito de licitar, eis que, demonstrou possuir idoneidade e capacitação para contratar com a Administração.

Nesse passo, passará a AMAZON a demonstrar que o(a) culto(a) e zeloso(a) Pregoeiro(a) acertou em habilitar e declarar vencedora sua proposta, razão pela qual a indigitada decisão não merece retoque algum e há que ser integralmente mantida:

I - QUANTO A HABILITAÇÃO

A RECORRENTE assevera que os atestados apresentados não comprovam aptidão e capacidade dos profissionais da AMAZON diante das exigências e desafios do certame, induz de forma amadora e descuidada, análises fracas e equivocadas, com indicações em sua peça recursal confusa, com apontamentos sobre suposições e ilações que visam apenas confundir, provando mais uma vez a nítida clareza do objetivo do tumulto ao certame.

Contudo, a equipe técnica do MAPA e o(a) zeloso(a) Pregoeiro(a), verificaram diante do vasto acervo técnico apresentado pela AMAZON, que a empresa possui qualificação além do exigido, com diversos atestados de órgãos e empresas com acervo documental e complexidade compatíveis com os ditames do Edital. Sendo assim, provando e comprovando o atendimento do objeto a ser contratado em quantitativos, características e complexidade.

A Administração Pública, sob o manto da discricionariedade, visando ao atendimento de suas necessidades por bens e serviços, em face do regramento constitucional do art. 37/CF, limitará suas exigências, compatibilizando-as com o mínimo de segurança, e deverá evitar formalidades excessivas e desnecessárias quanto à qualificação técnica, de maneira que não se restrinja a liberdade de qualquer interessado em participar do certame.

Frisamos que a exigência da qualificação técnica exposta no edital tem por finalidade assegurar a adequada execução do contrato e é requisito objetivo, logo, os atestados similares ao objeto da licitação retratam a necessidade atual e são pertinentes e compatíveis ao objeto e foi atendido na íntegra pela RECORRIDA, e permitiu que uma maior gama de empresas participasse do pregão, aumentando a concorrência no certame, eis que essa é a finalidade de uma licitação pública.

Destarte, requer-se desde já o indeferimento, em sua íntegra, do recurso proposto pela recorrente, haja vista a inexistência de relevância nas alegações propostas. Por fim, cumpre esta RECORRIDA enaltecer não só o trabalho até aqui realizado pela Comissão de Licitação e equipe técnica do MAPA, como ressaltar que sua decisão se baseia tão somente no respeito às regras dispostas quando da publicação do instrumento convocatório, as quais, como se sabe, eram de amplo conhecimento de todos os participantes no Pregão.

ASSIM, VERIFICA-SE QUE A INTENÇÃO DA RECORRENTE TEM NÍTIDO CARÁTER PROTELATÓRIO COM INTUITO DE TUMULTUAR O REGULAR ANDAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO, COM ARGUMENTOS INFUNDADOS, QUE SE ACATADOS, ESTARIA DETURPANDO A FINALIDADE DA LEI DE LICITAÇÕES, QUANDO PREVIU TAL DISPOSIÇÃO.

No entanto, a AMAZON segue a detalhar os apontamentos equivocados e confusos da RECORRENTE. Vejamos:

1 – DOS PROFISSIONAIS APRESENTADOS PELA AMAZON COMO RESPONSÁVEIS TÉCNICOS DO PROJETO E ANÁLISE DOS DOCUMENTOS (OTC)

A RECORRENTE OTC, tenta de forma amadora e descuidada confundir, alegando que a AMAZON não comprovou a equipe técnica apresentada com os documentos comprobatórios enviados.

Primeiramente, as alegações são tão fracas que tenta inclusive expor a rígida e cuidadosa análise realizada pelo Pregoeiro e sua competente comissão.

Na sequência, vejamos de forma clara e bem límpida o que se pede o item 21.14:

“Tendo em vista que as parcelas de maior relevância e valor significativo do presente processo se referem aos serviços de elaboração dos instrumentos arquivísticos e a coordenação de equipes para a execução dos trabalhos, tanto no que se refere aos acervos das instituições ativas quanto aos acervos históricos de Instituições extintas, bem como dos trabalhos de conversão de documentos físicos para digitais, a licitante deverá apresentar declarações emitidas pelos profissionais abaixo relacionados, conforme modelo do ANEXO VIII, informando as qualificações necessárias, juntamente com os documentos que venham a comprovar tais qualificações, declarando que estes possuem disponibilidade para a execução dos trabalhos durante toda a vigência do contrato.”

Pois bem, a AMAZON não só atendeu ao solicitado como enviou uma lista de outros profissionais, juntamente com o ANEXO VIII, informando as qualificações necessárias e suas referidas comprovações. Tal exigência é amplamente atendida pura e individualmente a partir da declaração emitida e apresentação da documentação dos profissionais relacionados.

Chega ao cúmulo da RECORRENTE OTC, para uma total perda de tempo, informar que o profissional de Gestão de Projetos em PMI foi atendido nas qualificações exigidas, mas que não enviou nenhum atestado de capacidade técnica. Ora, em que momento é exigido Atestado para comprovação de profissional com experiência em PMI, se não, uma clara e evidência e criar volume de conteúdo em sua peça recursal.

Relativo a qualificação em Arquivologia, os profissionais apresentados pela Amazon possuem experiência comprovadas, bem como em suas respectivas CTPS qualificada em sua função e suas respectivas Certificações, atendendo amplamente os requisitos do Edital.

2 – DA ANÁLISE DOS ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA APRESENTADOS PELA AMAZON (OTC e SOS)

As RECORRENTES asseveram que os atestados apresentados não comprovam aptidão e capacidade da AMAZON diante das exigências e desafios do certame, induz de forma amadora e descuidada, análises fracas e equivocadas, com indicações em sua peça recursal confusa, com apontamentos sobre suposições e ilações claramente visando apenas confundir, provando mais uma vez a nítida clareza do objetivo do tumulto ao certame.

Contudo, a equipe técnica do MAPA e o(a) cuidadoso(a) Pregoeiro(a), verificou diante do vasto acervo técnico

apresentado pela AMAZON, que a empresa possui qualificação além do exigido, com diversos atestados de órgãos com infraestrutura de alta complexidade. Sendo assim, provando e comprovando o atendimento do objeto a ser contratado em quantitativos, características e complexidade.

A Administração Pública, sob o manto da discricionariedade, visando ao atendimento de suas necessidades por bens e serviços, em face do regramento constitucional do art. 37/CF, limitará suas exigências, compatibilizando-as com o mínimo de segurança, e deverá evitar formalidades excessivas e desnecessárias quanto à qualificação técnica, de maneira que não se restrinja a liberdade de qualquer interessado em participar do certame.

Frisamos que a exigência da qualificação técnica exposta no edital tem por finalidade assegurar a adequada execução do contrato e é requisito objetivo, logo, os atestados similares ao objeto da licitação retratam a necessidade atual e são pertinentes e compatíveis ao objeto e foi atendido na íntegra pela RECORRIDA, e permitiu que uma maior gama de empresas participasse do pregão, aumentando a concorrência no certame, eis que essa é a finalidade de uma licitação pública.

Destarte, requer-se desde já o indeferimento, em sua íntegra, do recurso proposto pela recorrente, haja vista a inexistência de relevância nas alegações propostas. Por fim, cumpre esta RECORRIDA enaltecer não só o trabalho até aqui realizado pela Comissão de Licitação e equipe técnica do MAPA, como ressaltar que sua decisão se baseia tão somente no respeito às regras dispostas quando da publicação do instrumento convocatório, as quais, como se sabe, eram de amplo conhecimento de todos os participantes no Pregão.

ASSIM, VERIFICA-SE QUE A INTENÇÃO S TEM NÍTIDO CARÁTER PROTELATÓRIO COM INTUITO DE TUMULTUAR O REGULAR ANDAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO, COM ARGUMENTOS INFUNDADOS, QUE SE ACATADOS, ESTARIA DETURPANDO A FINALIDADE DA LEI DE LICITAÇÕES, QUANDO PREVIU TAL DISPOSIÇÃO.

Ocorre que a RECORRENTE OTC, aponta divergência e não atendimento no que tange a Habilitação Técnica, contudo, apenas temas evasivos e ilações.

Ela remete a não comprovação por metros lineares de forma vaga e genérica, entretanto, no vasto acerto apresentado pela AMAZON, e utilizando a conversão descrita no Estudo Técnico do Edital, da qual 1.000 páginas/caixa box e para cada 1 (um) metro linear, com base de 7 caixas box.

Vale elencar que os atestados compõem uma gama de atividades totalmente similares no tocante as características e que foi amplamente avaliado pela equipe técnica do MAPA.

Porém, como exemplos de contagem de quantitativos de serviços executados, vamos tomar como exemplo, apenas os atestados TCM/PA e SEMAS. Partindo dos princípios do Edital, temos os seguintes quantitativos para os atestados:

TCM/PA: Recebimento, Triagem, Higienização, Classificação, Tratamento Documental completo, Digitalização de 7.080.000 (sete milhões e oitenta mil) de páginas (A4/A3) de Processos de Contas dos Municípios e Administrativo, utilizando o cálculo de 7.080.000 dividido por 1.000 páginas/Caixa box = 7.080 Caixas Box, que dividido por 7 caixas box para 1(um) metro linear teremos 1.011 metros lineares.

SEMAS: Recebimento, Triagem, Higienização, Classificação, Tratamento Documental completo e Digitalização de 8.000.000 (oito milhões) de páginas de Processos de Licenças Ambientais, com Mapas (A4/A3/Mapas em formatos grandes de A3 a A0), utilizando o cálculo de 8.000.000 dividido por 1.000 páginas/Caixa box = 8.000 Caixas Box, que dividido por 7 caixas box para 1(um) metro linear teremos 1.142 metros lineares.

Somando apenas estes dois exemplos, de forma concomitantes, teremos comprovação de 2.153 Metros Lineares, ficando acima, inclusive dos quantitativos exigidos.

Em outros pontos, as RECORRENTES apontam suposições inclusive, tentando adivinhar descrições e detalhamentos nos atestados que nem são exigidos pelo Edital.

Importante frisar que o item 21.9.1, diz: "A contratação que se pretende se refere a um projeto com itens interdependentes, cuja falta de aptidão e conhecimento que venha a causar falha na prestação dos serviços em qualquer dos itens, certamente prejudicará o resultado final da execução. Destarte, TODOS os itens se constituem parcelas de maior relevância. Porém, visando atender a legislação vigente e recomendações pertinentes, apenas os itens que possuem simultaneamente valor significativo, considerados aqueles cujo valor esmado esteja acima de 4% do valor total estimado, necessitarão a comprovação de quantidades mínimas de execução anterior."

Mesmo atendendo todos os ditames do certame, ainda frisamos que a exigência da qualificação técnica exposta no edital tem por finalidade assegurar a adequada execução do contrato e é requisito objetivo, logo, os atestados similares ao objeto da licitação retratam a necessidade atual e são pertinentes e compatíveis ao objeto e foi atendido na íntegra pela RECORRIDA, e permitiu que uma maior gama de empresas participassem do pregão, aumentando a concorrência no certame, eis que essa é a finalidade de uma licitação pública.

Nesse pÓrtico, as alegações da RECORRENTE são contrárias ao texto de Lei. Isto porque não pode envolver prazos mínimos ou máximos. Ou seja, admite-se a exigência de comprovação de experiência anterior, mas se proÍbe que o edital condicione a experiência anterior relativamente a prazos determinados, e não previstos no instrumento convocatório. Esse entendimento deriva da aplicação da parte final do inciso I do § 1º do art. 30, que explicitamente estabelece tal vedação.

Ainda em relação aos apontamentos não previstos no edital pela RECORRENTE, registra-se que a mesma não impugnou os termos do Edital, concordando plenamente com os requisitos de habilitação e qualificação técnica ali expostos. Após a convalidação do instrumento convocatório todos os participantes e o pregoeiro estão vinculados àquelas exigências, NÃO SENDO POSSÍVEL INCLUSÃO DE EXIGÊNCIAS POSTERIORES, sob pena de infringir princípios basilares do procedimento licitatório, pois a lei não permite tal interpretação com base no §4º do art. 21 da Lei de Licitações, a qual somente prevê a possibilidade de alteração aos termos do edital, seguindo-se os seguintes parâmetros:

"Art.21... § 4º Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas."

A eficácia de toda atividade administrativa está condicionada ao atendimento da lei. Na Administração Pública, não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo o que a lei não proÍbe, na Administração Pública só é permitido fazer o que a lei autoriza. A lei para o particular significa "pode fazer assim"; para o administrador público significa "deve fazer assim".

As leis administrativas são normalmente, de ordem pública, e seus preceitos não podem ser descumpridos, nem mesmo por acordo ou vontade conjunta de seus aplicadores e destinatários, uma vez que contém verdadeiros poderes-deveres, ir relegáveis pelos agentes públicos.

O ENTENDIMENTO CORRENTE NA DOUTRINA E JURISPRUDÊNCIA É DE QUE O EDITAL, NO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, CONSTITUI LEI ENTRE AS PARTES E SE CONSTITUI O INSTRUMENTO DE VALIDADE DOS ATOS PRATICADOS NO CURSO DA LICITAÇÃO, sendo que, "ao descumprir normas editalícias, a Administração frustra a própria razão de ser da licitação" e viola os princípios que direcionam a atividade administrativa, consignados no art. 3º da Lei das Licitações, in verbis:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos".

É cediço, portanto, que o Edital constitui lei entre os licitantes e que de suas disposições ninguém pode se furtar ao cumprimento. HELY LOPES MEIRELLES conceitua o princípio da vinculação ao Edital da seguinte forma:

"Vinculação ao edital: a vinculação ao edital é o princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou da realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação ou propostas em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu (art. 41)".

Desta lição não destoa o ilustre professor MARÇAL JUSTEN FILHO:

"No procedimento licitatório, desenvolve-se atividade vinculada. Isso significa ausência de liberdade (como regra) para a autoridade administrativa. A lei define as condições de atuação dos agentes administrativos, estabelecendo a ordenação (sequência) dos atos a serem praticados e impondo condições excludentes de escolhas pessoais ou subjetivas". (In Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Ed. Dialética, São Paulo. 5ª edição/1998 – p. 62).

Não há como negar que o princípio do julgamento objetivo é decorrência lógica do princípio da vinculação ao edital. Por esse princípio, obriga-se a Administração a se ater ao critério fixado no ato de convocação, evitando o subjetivismo no julgamento.

Destarte, requer-se desde já o indeferimento, em sua íntegra, do recurso proposto pela recorrente, haja vista a inexistência de relevância nas alegações propostas. Por fim, cumpre esta RECORRIDA enaltecer não só o trabalho até aqui realizado pela Comissão de Licitação e equipe técnica do MAPA, como ressaltar que sua decisão se baseia tão somente no respeito às regras dispostas quando da publicação do instrumento convocatório, as quais, como se sabe, eram de amplo conhecimento de todos os participantes no Pregão.

Diante dos fatos apontados, pior, é requerer a alteração do resultado do certame por alegações sem nenhum fundamento legal deixando de contratar com a RECORRIDA que possui capacidade técnica conforme previsto no edital e na legislação vigente e apresentou a proposta mais vantajosa à Administração, por ser essa mais econômica e indubitavelmente verossímil e que tenha atendido a todas as exigências do edital e da legislação em vigor.

Pelo exposto, não restam dúvidas de que a AMAZON atendeu todos os itens indicados de forma clara e direta.

No mérito da habilitação, repito, acertada pela comissão e pelo(a) Pregoeiro(a), a AMAZON não somente atinge os quantitativos, como comprova capacidade produtiva em seus projetos compatível com o objeto do certame. Ainda, cabe elencar, que comprova em seus projetos, todas as características técnicas e tecnológicas e complexidade operacional.

Pelo exposto depreende-se que o(a) zeloso(a) Pregoeiro(a) cumpriu fielmente a missão de Administrador Público, uma vez que analisou concretamente as condições mínimas de idoneidade e capacidade da AMAZON arredando corretamente rigorismos formais e inconstitucionais com a boa exegese da lei, acertando ao habilitar e declarar vencedora a proposta da mesma.

O mestre Marçal Justen filho, afirma, em breves linhas, que:

"O direito de licitar existirá quando o sujeito for titular dos requisitos para realizar satisfatoriamente as prestações do futuro e eventual contrato." (Marçal Justen Filho, Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Editora Dialética, 9ª edição, pg. 294.)

Ainda, vejamos julgados do TCU na mesma linha:

"(...)5. É entendimento pacífico desta Corte de Contas que as exigências da fase de habilitação técnica devem guardar proporcionalidade com o objeto licitado, não podendo exceder os limites necessários à comprovação da capacidade do licitante a prestar ou fornecer, de forma efetiva, o serviço ou bem desejado. "

Claro que, devido às situações concretas, e à infinita gama de necessidades e possibilidades para que estas sejam supridas, faz-se razoável que exista um espaço de discricionariedade para a Administração, a fim de que, em cada caso, as exigências e requisitos de participação sejam adequados, visando, por óbvio, a melhor relação custo-benefício para a Administração, sempre dentro dos ditames constitucionais e legais. Entretanto, como visto a partir dos dispositivos acima trazidos à baila, bem como dos enunciados jurisprudenciais colacionados, esse espaço é muito tênue, e deve ser devidamente justificado, a partir do cotejo severo entre as reais necessidades que fundam o processo licitatório, sobretudo em termos de exigência técnica operacional e profissional, a fim de que se evite que, ao invés de trazer benefícios para a Administração, traga a ela prejuízos, decorrentes da exclusão precipitada de concorrentes que possam vir a ofertar melhores condições para o Poder Público, tendo capacidade técnica para tal.

Pelo exposto, não restam dúvidas de que a RECORRIDA foi habilitada e declarada vencedora do certame corretamente devendo ser desconsideradas as absurdas e falaciosas alegações da OTC e SOS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todo o exposto, os recursos ora combatidos tratam-se em verdade de verdadeiras AVENTURAS JURÍDICAS e a RECORRENTE na qualidade de licitantes deveriam se preocupar em: 1- não transformar o instituto Recursal em panacéia para descontentamentos da vida cotidiana, sob pena de esvaziá-lo do seu conteúdo e de sua nobilíssima missão; 2- não tumultuar o certame com recursos cujos argumentos já restaram fartamente demonstrados no decorrer da presente peça de bloqueio serem descabidos, infundados e inequivocamente desprovidos de razoabilidade.

Assim, demonstrado de forma irrefutável que a empresa AMAZON atendeu às exigências editalícias, não merece prosperar a pretensão recursal da RECORRENTE.

CONCLUSÃO E PEDIDO

Sendo certo que a Administração não pode descumprir as normas e condições do Edital, ao qual se acha estritamente vinculada, nos termos dos Artigos 3º e 41, pr. 4º da Lei 8.666/93 e que a Administração deve selecionar a proposta mais vantajosa e conveniente aos interesses da Administração Pública, obtendo o menor preço dentre aqueles apresentados, requer a AMAZON a V.Sª se digne acolher as razões em epígrafe, para por fim, INDEFERIR o recurso interpostos pelas Empresas OTC e SOS, mantendo a decisão que HABILITOU a RECORRIDA, bem como, declarou-a vencedora do certame, por se tratar de ato de lícita e impostergável justiça!!!

Termos em que,
Pede Deferimento.

Brasília, 19 de julho de 2022.

Fechar